

## **África, a vítima colateral de um conflito distante | Carta semanal 22 (2022)**



Amadou Sanogo (Mali), *Você pode esconder seu olhar, mas não pode esconder o dos outros*, 2019.

Queridos amigos e amigas,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Em 25 de maio de 2022, Dia da África, Moussa Faki Mahamat – o presidente da União Africana (UA) – comemorou o estabelecimento da Organização para a Unidade Africana (OUA) em 1963, que mais tarde foi reformulada como UA, em 2002, com um discurso profético. A África, **disse** ele, tornou-se “a vítima colateral de um conflito distante, aquele entre a Rússia e a Ucrânia”. Esse conflito perturbou “o frágil equilíbrio geopolítico e geoestratégico global”, lançando “uma luz dura sobre a fragilidade estrutural de nossas economias”. Duas novas fragilidades importantes foram expostas: uma crise alimentar amplificada pelas mudanças climáticas e uma crise sanitária acelerada pela Covid-19.

Uma terceira fragilidade de longa data é que a maioria dos Estados africanos possui pouca liberdade para gerir seus orçamentos à medida que os pagamentos da dívida e os custos de reembolso aumentam. “Os montantes da dívida pública estão no seu nível mais alto em mais de duas décadas e muitos países de baixa renda estão em situação de sobreendividamento ou perto disso”, **disse Abebe Aemro Selassie**, diretor do Departamento Africano do Fundo Monetário Internacional (FMI). O **relatório** de Perspectivas Econômicas Regionais do FMI, divulgado em abril de 2022, é uma leitura assustadora. Sua manchete é clara: “Um novo choque e pouca margem de manobra”.



Jilali Gharbaoui (Marrocos), *Composição*, 1967.



A dívida paira sobre o continente africano como um rastro de abutres. A maioria dos países africanos tem juros muito mais altos que suas receitas nacionais, com orçamentos administrados com austeridade e cortes profundos no funcionalismo público, incluindo setores de educação e saúde. Como pouco menos de dois terços da dívida desses países é fixada em moedas estrangeiras, o pagamento da dívida é quase impossível sem novos empréstimos, resultando em um ciclo de endividamento sem alívio permanente à vista. Nenhum dos esquemas sobre a mesa, como a **Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI)** do G20 ou sua **Estrutura Comum para Tratamentos da Dívida**, fornecerá o tipo de perdão da dívida necessário para dar vida a essas economias.

Em outubro de 2020, a **Campanha da Dívida do Jubileu** propôs duas medidas de bom senso para remover a dívida pendente. O FMI possui grandes reservas de ouro, cerca de 2551 toneladas, no valor total de 168,6 bilhões de dólares; vendendo 6,7% de suas participações em ouro, eles poderiam levantar mais que o suficiente para pagar os 8,2 bilhões de dólares que compõem a dívida dos países da DSSI. A campanha também sugeriu que os países ricos poderiam atrair bilhões de dólares para esse cancelamento emitindo menos de 9% de sua alocação de Direitos Especiais de Saque do FMI. Outras formas de reduzir o peso da dívida incluem o cancelamento de pagamentos de dívidas ao Banco Mundial e ao FMI, duas instituições multilaterais com mandato para garantir o avanço do desenvolvimento social e não sua própria generosidade financeira. No entanto, o Banco Mundial não avançou nessa agenda – apesar das **palavras dramáticas de seu presidente** em agosto de 2020 – e a modesta suspensão da dívida do FMI de maio de 2020 a dezembro de 2021 dificilmente fará diferença. Juntamente com essas sugestões razoáveis, trazer os quase 40 trilhões de dólares mantidos em **paraísos fiscais ilícitos** para uso produtivo poderia ajudar os países africanos a escapar da armadilha da dívida em espiral.



Choukri Mesli (Argélia), *Argélia em chamas*, 1961.

“Vivemos em um dos lugares mais pobres do mundo”, me disse o ex-presidente do Mali **Amadou Toumani Touré** pouco antes da pandemia. Mali faz parte da região do Sahel da África, onde 80% da população **vive com menos de 2 dólares por dia**. A pobreza se intensificará à medida que a guerra, as mudanças climáticas, a dívida nacional e o crescimento populacional aumentarem. Na 7ª Cúpula dos líderes do G5 Sahel (Grupo dos Cinco para o Sahel) em fevereiro de 2021, os **chefes de Estado apelaram** a uma “profunda reestruturação da dívida”, mas o silêncio que receberam do FMI foi ensurdecedor. O G5 Sahel foi iniciado pela França em 2014 como uma formação política dos cinco países do Sahel – Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger. Seu real propósito foi esclarecido em 2017 com a formação de sua aliança militar (o G5 Sahel Joint Force ou FC-G5S), que dava cobertura à presença militar francesa no Sahel. Agora a França pode dizer que não invadiu realmente esses países, por manterem sua soberania formal, mas que entrou no Sahel apenas para ajudar esses países em sua luta contra a instabilidade.

Parte do problema são as exigências feitas a esses Estados para que aumentem seus gastos militares por um lado e, de outro, que suspendam qualquer aumento nos gastos com ajuda humana e desenvolvimento. Os

países do G5 Sahel gastam entre 17% e 30% de seus orçamentos inteiros em suas forças armadas. Três dos cinco países do Sahel **expandiram seus gastos militares** astronomicamente na última década: Burkina Faso em 238%, Mali em 339% e Níger em 288%. O comércio de armas está sufocando-os. Os países ocidentais – liderados pela França, mas **estimulados** pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) – pressionaram esses Estados a tratar cada crise como uma crise de segurança. Todo o discurso é sobre segurança, pois as conversas sobre desenvolvimento social são marginalizadas. Mesmo para as Nações Unidas, as questões de desenvolvimento ficaram em segundo plano em relação à guerra.





Souleymane Ouologuem (Mali), *A fundação*, 2014.

Nas duas primeiras semanas de maio de 2022, o governo militar do Mali **expulsou os militares franceses e se retirou do G5 Sahel**, após profundo ressentimento em todo o país, estimulado por baixas civis de ataques militares franceses e pela atitude arrogante do governo francês em relação ao governo maliano. O coronel **Assimi Goïta**, que lidera a junta militar, disse que o acordo com os franceses “não trouxe paz, nem segurança, nem reconciliação” e que a junta aspira “interromper o fluxo de sangue maliano”. A França transferiu sua força militar do Mali para o vizinho Níger.

Ninguém nega o fato de que o caos na região do Sahel foi aprofundado pela guerra da Otan de 2011 contra a Líbia. Os desafios anteriores do Mali, incluindo uma insurgência tuaregue de décadas e conflitos entre pastores Fulani e fazendeiros Dogon, foram convulsionados pela entrada de armas e homens da Líbia e da Argélia. Três grupos jihadistas, incluindo a Al-Qaeda, apareceram do nada e usaram tensões regionais mais antigas para tomar o norte do Mali, em 2012, e declarar o estado de Azawad. A intervenção militar francesa ocorreu em janeiro de 2013.





Jean-David Nkot (Camarões), *#Vida em nossas mãos*, 2020.



Ao viajar por essa região, fica claro que os interesses franceses – e estadunidenses – no Sahel não são apenas combater o terrorismo e violência. Duas **preocupações domésticas** levaram ambas as potências estrangeiras a construir uma **presença militar** maciça por lá, incluindo a **maior base de drones do mundo**, operada pelos EUA, em Agadez, Níger. A primeira preocupação é que esta região abriga recursos naturais consideráveis, incluindo urânio do tipo “bolo amarelo” no Níger. Duas minas em Arlit (Níger) produzem urânio suficiente para **alimentar uma em cada três lâmpadas na França**, e é por isso que as mineradoras francesas (como a Areva) operam nesta cidade que se parece a uma guarnição. Em segundo lugar, essas operações militares são projetadas para deter o fluxo constante de migrantes que deixam áreas como a África Ocidental e a Ásia Ocidental, atravessando o Sahel, a Líbia e o Mar Mediterrâneo para a Europa. Ao longo do Sahel, da Mauritânia ao Chade, a Europa e os EUA começaram a construir o que equivale a uma fronteira altamente militarizada. A Europa deslocou a sua fronteira do extremo norte do Mar Mediterrâneo para o extremo sul do deserto do Saara, comprometendo assim a soberania do Norte de África.



Hawad (Niger), *sem título*, 1997.

Golpes militares em Burkina Faso e Mali são resultado do fracasso dos governos democráticos em conter a intervenção francesa. Coube aos militares no Mali expulsar os militares franceses e abandonar seu projeto político do G5 Sahel. Os conflitos no Mali, como o ex-presidente Alpha Omar Konaré me disse há mais de uma década, estão **inflamados** devido à asfixia da economia do país. O país é regularmente deixado de fora do apoio à infraestrutura e das iniciativas de alívio da dívida das organizações internacionais de desenvolvimento. Este Estado sem litoral **importa** mais de 70% de seus alimentos, cujos preços dispararam no mês passado. O Mali enfrenta duras sanções da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que só irão aprofundar a crise e provocar um maior conflito na cidade de Bamako, no norte do país.

O conflito no norte do Mali afeta a vida da população tuaregue, rica em muitos grandes poetas e músicos. Um deles, Souéloum Diagho, escreve que “uma pessoa sem memória é como um deserto sem água”. As memórias de formas mais antigas de colonialismo deixam claro para muitos africanos o fato de que são tratados como “vítimas colaterais” (como Mahamat da UA descreveu) e aumenta sua convicção de que isso é inaceitável.

Cordialmente,

Vijay.